



Memórias e vivências em Lazarópolis na Amazônia

Memories and Experiences in a leprosarium in the Amazon Rainforest

Memorias y Vivencias en una leprosería en la Amazonia

Marinaldo Pantoja Pinheiro

Universidade do Estado do Pará (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0002-7598-0301>

<http://lattes.cnpq.br/6572517316090624>

marinaldopantojapinheiro@gmail.com

Gercina Ferreira da Silva

Universidade Federal do Pará (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0002-7187-0359>

<http://lattes.cnpq.br/3794956412496654>

ferreiragercina@gmail.com

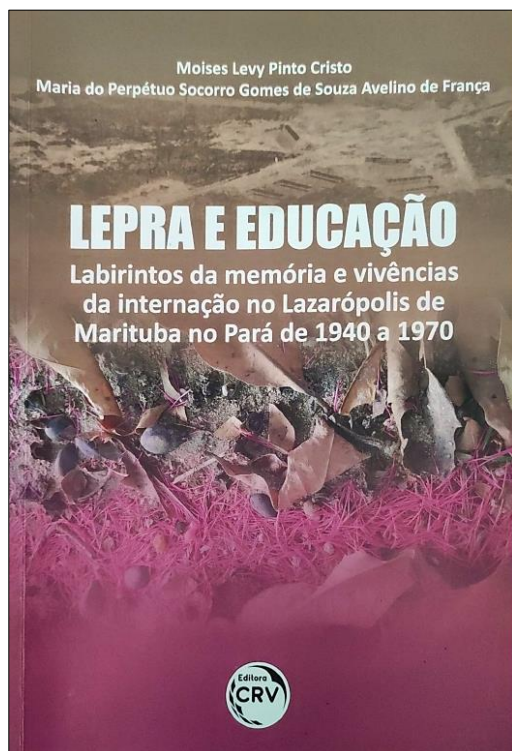
Eugênio Edberson Trindade Júnior

Universidade Federal do Pará (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-9022-2018>

<http://lattes.cnpq.br/1287400639440590>

eugenio.t@hotmail.com



CRISTO, Moises Levy Pinto; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. *Lepra e Educação: labirintos da memória e vivências da internação no Lazarópolis de Marituba no Pará de 1940 a 1970*. Curitiba: CVR, 2021. 206p.

Recebido: 11/09/2023

Aprovado: 25/10/2023

Cristo e França (2021), em um texto que desperta emoções e sensibilidades, analisam “como se configuraram as experiências educativas de ex-internos no Hospital Colônia de Marituba/PA, nos anos de 1940-1970” (CRISTO; FRANÇA, 2021, p. 21). A Colônia de Marituba foi uma instituição total, formada por pavilhões, cemitério, prisão, igreja, teatro, lavanderia, campo de futebol. Esses espaços foram o cenário de diversas experiências socioeducativas, como o cumprimento de horários, cursos, oficinas, cerimônias religiosas, festejos etc. A instituição foi inaugurada em 1942, visando segregar, através da internação compulsória, seres humanos que tivessem contraído a lepra, uma doença infecciosa também conhecida como hanseníase. Os autores optaram por utilizar a nomenclatura “lepra”, pois é assim que a doença está registrada nos documentos pesquisados. No entanto, sinalizam que, após 1995, com a Lei Federal 9.010 de 29 de março do citado ano, o nome oficial passou a ser hanseníase.

Os primeiros registros dessa doença na história remontam ao período dominado pelos egípcios. No território brasileiro, veio junto com os colonizadores, trazendo “um imenso imaginário de medo e de pavor em torno dos infectados, que contribuiu para que campanhas profiláticas que estimulavam a internação compulsória tivessem êxito” (CRISTO; FRANÇA, 2021, p. 55).

A obra foi produzida durante o curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA), e teve como motivação inicial o fato de um dos seus autores, Moises Levy Pinto Cristo, ser filho de uma ex-interna, Lucidea Cristo, que ainda reside no território que compunha a Colônia. Nas palavras do próprio autor: “Passei minha infância, nos anos de 1983 a 1990, nos limites espaciais em que funcionou o Hospital Colônia de Marituba, localizado a 16,8 quilômetros de distância dos limites da cidade de Belém do Pará” (CRISTO; FRANÇA, 2021, p. 13).

O livro possui 206 páginas e está dividido em 6 seções, além do prefácio de autoria da Prof.^a Dr.^a Laura Maria Silva Araújo Alves, que destaca a importância da obra para a história da educação, do higienismo e do eugenismo na Amazônia. A obra também possui um posfácio – “Labirintos da memória: os fios de exclusão, de dor, de amor” – de autoria da Prof.^a Dr.^a Josebel Akel Fares, e um índice remissivo.

É importante destacar inicialmente a sensibilidade que se percebe desde a composição da capa do livro. A cor representa o “chão púrpura” exposto na introdução, na qual são apresentadas as lembranças de infância de Moises Cristo sobre a referida Colônia: na parte superior, uma fotografia aérea da Colônia do ano de 1942 e, na inferior, as flores do jambeiro caídas ao chão; no centro, fazendo a interligação entre as duas imagens, aparecem as folhas secas e sementes de jambo sobre um solo infértil, arenoso e pedregoso. As cores se contrastam: o rosa das flores de jambeiros com o cinza das folhas secas, das sementes e do próprio hospital colônia. Parece que fica uma pergunta no ar: é possível a vida florescer em um lugar aparentemente infértil? As flores e as sementes (estas representam o vir a ser) demonstram que sim, pois se elas estão aí é porque há vida florescendo e seguindo o seu curso. A semente é o óvulo maduro e fecundado de determinada planta, ela é aparentemente a parte “descartável” de uma fruta, entretanto carrega em si a possibilidade de transformação, abandonando o conhecido para ir ao encontro do desconhecido, e nesse processo de aparente destruição de si, contribuir à continuação de sua espécie, mantendo acessa a chama do ciclo da vida. As sementes podem representar figurativamente os internos, que, desterrados em um espaço aparentemente sem vida, conseguiram dar novo sentido à sua existência.

Na primeira e segunda seções, denominadas respectivamente de “Introdução” e “Memória e a história oral: delineando os caminhos da pesquisa”, os autores expõem as motivações para realizarem o estudo; realizam a construção da história do objeto; demonstram o problema da investigação; os objetivos; e apresentam a metodologia utilizada na realização da pesquisa.

Destacamos na metodologia a salutar valorização que é dada aos entrevistados, cujos nomes são registrados por escolha dos próprios intérpretes ou entrevistados. Conceição Silva, Reulina Tavares, Lucidea Cristo, José Maria da Silva (Zé Maria) e Geraldo Cascaes, são sujeitos históricos de origens diferentes que se entrecruzaram e passam a construir uma história em comum na Colônia de Marituba. Histórias de vidas, ligadas por um passado de discriminação, que os levou ao costume, viverem reclusos, vítimas da incompreensão humana e do desconhecimento de uma doença que se configurava mais letal pela segregação do que pela infecção.

A Colônia, enquanto um espaço de segregação social em relação ao mundo exterior, tornou-se um lugar de convivências sociais internas e reconstrução de vidas e sonhos aparentemente silenciados. Aparentemente, pois o “chão púrpura”, desenhado e redesenhado pelos jambeiros, e os filhos de ex-internos, caminhando naquele “tapete rosa”, demonstraram que a vida reencontrou o seu percurso novamente.

Na terceira seção, intitulada “Do visível ao invisível: prática segregatórias da hanseníase no Brasil e no Pará do século XIX”, os autores apresentam a história da hanseníase, desde os seus primeiros registros no Egito Antigo até a proliferação pelo Estado do Pará, onde, no século XIX, assumiu um caráter endêmico, tornando-se caso de saúde pública e levando os governos brasileiros, juntamente com órgãos de saúde, a implementar medidas de isolamento social compulsório para os infectados. Assim, conforme os autores, “as colônias, hospícios de lázaros, hospitais-colônias ou leprosários” (CRISTO; FRANÇA, 2021, p. 78), tornaram-se a prática segregacionista criada para tentar tratar os infectados pela hanseníase e proteger a sociedade do contágio. A materialização da prática de isolamento compulsório dos infectados estimulou o imaginário social de discriminação e preconceito para com os doentes morféticos (de *morphea*, nomenclatura também atribuída aos portadores de hanseníase).

No Pará, foram criados inicialmente três leprosários: Asilo do Tucunduba (1815-1938), criado pela Santa Casa de Misericórdia, próximo a Belém, capital do Estado; Colônia do Prata, em Igarapé-Açu, no ano de 1924; e o Hospital Colônia de Marituba, localizado a 12 quilômetros de distância de Belém. Este leprosário “fez parte de um Plano Nacional de Profilaxia da Lepra, elaborado por Souza-Araújo em 1933, por determinação de Getúlio Vargas” (CRISTO; FRANÇA, 20221, p. 82). As citadas instituições totais foram pensadas para segregar e “educar a população e os próprios doentes” (CRISTO; FRANÇA, 2021, p. 91). Os autores também demonstram que a Colônia de Marituba possuía 16 pavilhões destinados às crianças, aos internos solteiros, aos internos que possuíam família internada, cozinhas, refeitórios, dentre outros.

Na quarta seção, denominada “Artes no fazer: as experiências educativas no leprosário de Marituba”, os autores apresentam que o Leprosário de Marituba transcendeu o objetivo para o qual foi criado, tornando-se um lugar educativo, onde a reinvenção das relações cotidianas fazia suscitar novas e singulares experiências educativas escolares e não-escolares. Assim, o

tapete de cor púrpura, desenhado pelo processo natural do “despir-se” dos jambeiros, desfazendo-se das flores para produzir os frutos que serviram como alimento, transformou os jambeiros em um símbolo de esperança e vida para os internos. Um dos autores, também como integrante da comunidade que descreve, demonstra, através de sua vivência e de seus intérpretes entrevistados, que o tapete de cor púrpura poderia acontecer na vida dos desterrados no leprosário, pois ali precisaram se despir de seu passado, de seus “medos, incertezas, de possibilidades de como poderia ter sido diferente o viver fora da Colônia de Marituba” (CRISTO; FRANÇA, 20221, p. 98).

O Hospital Colônia de Marituba foi um espaço educativo que educou o corpo e a mente. Nas experiências cotidianas institucionais, os internos foram adquirindo novos aprendizados, tais como: enfermagem, secretaria, limpeza das ruas, lavanderia, docência, dentre outras atividades, além de receberem instrução no Ensino Primário (regular e supletivo) de 1ª a 4ª série na Escola Renausto Amanajás que funcionava na própria Colônia, e que tinha como corpo docente os próprios internos.

Como uma instituição educativa está para além dos seus limites geográficos, a Colônia de Marituba também contribuiu para educar a população externa “em relação às medidas a serem tomadas contra a doença, assim como sobre as possibilidades de tratamento do bacilo de Hansen” (CRISTO; FRANÇA, 2021, p. 124).

A Colônia de Marituba foi uma cidade-hospital pensada dentro dos ideais eugênicos e projetada para ceifar as liberdades dos internos, através do distanciamento social compulsório, controle e vigilância, para assegurar a população, considerada sadia, do contágio, mas procurava dar mínimas condições aos contaminados de sobrevivência material e religiosa, visando aliviar as suas dores corporais e psicológicas. Dores do afastamento social e familiar: “Aí eu fique lá, mamãe veio embora, e me deixaram lá” (Relato de Lucidea, cf. p. 105). “Aí foi que ele disse: ‘Ela vai ficar!’... Sem eu fazer exame, sem nada... Ele foi logo dizendo na cara assim... E... Pensou?!...E aí não voltei, e aí a minha mãe teve que me deixar [...]” (Relato de Conceição, cf. p. 105).

Aliviar as dores da incompreensão e da mortificação dos sonhos. Dores da perda de identidade, marcada pela nomenclatura “novato”, por apelidos, pelo número do registro no hospital, a fim de que perdessem os *links* afetivos com o passado e construíssem novas identidades. A mutilação do corpo pela doença estaria acompanhada pela mutilação do “eu” dentro do leprosário.

Não podemos esquecer as dores provocadas pelas incertezas do que há de vir. Qual futuro estaria reservado àquele paciente? As dores associadas ao medo da medicação que poderia não surtir a cura e causar efeitos colaterais irreversíveis. Todavia, eis que da dor extraíram novas experiências educativas. Foi nesse espaço dos rejeitados que novos laços foram feitos, sujeitos foram reinventados e esperanças foram refeitas, pois “transformar-se e o adaptar-se seriam cruciais para uma nova vida” (CRISTO; FRANÇA, 2021, p. 104). Assim, ressurgiu a vontade de estudar, de aprender uma profissão (costura, bordado, crochê, curso de bonecas, tapeçaria, culinária, pintura, bordado em máquina, marcenaria, sapataria etc.), de casar-se, ter filhos, de atuar em peças teatrais ou ser expectador. A arte, o trabalho, a diversão, a religião, a escola formal dão novos sentidos à vivência social, aumentando a autoestima e ressignificando as relações dos internos.

Na quinta seção, nomeada como “Cerimônias institucionais: ares de uma sociedade normal”, os autores analisam as cerimônias realizadas no interior da instituição total, a saber: visita de familiares, catequese, coral, Círio, casamentos, aniversários, carnaval, festa junina, festejos natalinos, futebol, peças teatrais, sistemas de autofalantes etc. Através desse processo de transfiguração pessoal e social, criou-se o “eu” integrado à comunidade, construindo novas identidades.

As atividades desportivas, especificamente o futebol, praticadas no campo da Colônia, organizavam os internos como jogadores ou torcida, possibilitando “a construção de uma identidade local, assim como o fortalecimento da autoestima do internado” (CRISTO; FRANÇA, 2021, p. 178).

Os festejos carnavalescos ocorriam na rua que dava acesso à Colônia e era marcado pela disputa entre dois blocos: “Casadinhos” e “Traz aqui”: a “disputa ocorria pelas ruas da cidade-hospital, com a apresentação da bateria, fantasias, passistas, porta-bandeiras, entre outros elementos que compõem um festejo de carnaval” (CRISTO; FRANÇA, 2021, p. 188).

As festas juninas também traziam descontração aos internos, que além de enfeitarem os pavilhões, fazerem fogueiras, também organizavam as quadrilhas, as brincadeiras e comidas típicas de mês junino. Essas relações sociais e sentimentos positivos também ocorriam nas comemorações da Semana da Pátria, Círio de Nazaré em outubro, festejos natalinos, dentre outros. Nesses eventos, os internos participavam da sua organização e execução, tornando-os momentos de socialização.

O sistema de som com autofalantes, denominados pelos internos de “boca de ferro”, era um instrumento que favorecia a comunicação entre os sujeitos que compunham aquela sociedade, facilitando a organização, aproximação, relacionamentos amigáveis e amorosos, festejos religiosos e festas dançantes.

As práticas socioeducacionais na Colônia de Marituba foram organizadas através de horários, tais como: acordar, alimentar-se três vezes ao dia (7h e 8h; almoço, entre 11h e 12h; jantar, entre 17h e 18h); depois do almoço, seguia-se a sesta da tarde, período em que deveria haver o silêncio (12h às 14h); e o recolhimento à noite (21h e 22h). As relações sociais eram controladas e organizadas através dos horários, e quem descumprisse receberia alguma punição.

E a sexta e última seção, “Considerações finais”, nos revela que o Hospital Colônia de Marituba foi uma cidade projetada para estabelecer a exclusão de pessoas acometidas pela lepra, mas que veio a se tornar um espaço de acolhimento e construção de novas identidades.

Por fim, pelos labirintos da memória dos intérpretes entrevistados, os autores conseguiram reconstruir a história de uma instituição e as vivências de uma sociedade invisibilizada pela historiografia oficial. É uma obra que contribui com as discussões sobre a história da hanseníase na Amazônia e evidencia o processo de desumanização que o Estado impunha sobre a população acometida por doenças infectocontagiosas. Mas, sobretudo, alarga o sentido da resistência em contextos pouco favoráveis, indicando possibilidades para uma vida digna.